

Pertence reconhece ser difícil punir a corrupção

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Corrupção é crime de prova diabólica. Ou seja, quase impossível de se comprovar e condenar." A definição é do procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, que depois de quase três anos de Nova República confessa "certo sentimento de frustração" ao notar que o discurso sobre as dificuldades para boiar o corrupto na cadeia ainda é o mesmo que o usado nos governos passados. Além disso, ele constata que a Nova República ainda não pode exibir um caso de punição exemplar.

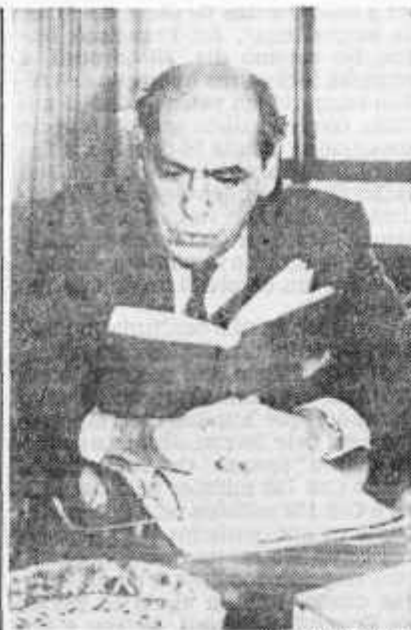
A tradição de impunidade ainda não obteve resultados que mudassem a sensação de que corrupto não vai para a cadeia, o que é absolutamente desastroso, não só do ponto de vista moralista como do ponto de vista político, observou o jurista. Cauteloso, Sepúlveda Pertence não citou nomes dentro ou fora do governo que pudessem estar envolvidos em casos de corrupção, mas reconheceu um mérito da Nova República: o processo de redemocratização tornou mais corajosos os denunciantes, embora persistissem as dificuldades para a condenação de corruptos, e por quê?

O procurador-geral da República respondeu a essa indagação dizendo que poderia enfocar o problema através de três prismas. Primeiro, por deficiência da legislação brasileira. Ele mesmo concluiu, no final de 1985, a lei que ficou conhecida como o instrumento contra os crimes de colarinho branco, mas acha que ainda existem falhas, apesar de ter melhorado a situação, como o fato de agora o Ministério Público ter o direito de requisitar dados protegidos pelo sigilo bancário.

FALTA DE RECURSOS

A segunda dificuldade é a pobreza de meios de todo o aparelho penal, começando pela polícia, e passando pelo Ministério Público e pela Magistratura. O problema, segundo o procurador-geral da República, é que a repressão, quando sai da criminalidade comum para os crimes mais sofisticados (de colarinho-branco), encontra uma técnica mais apertada, difícil de enfrentar. Na prática de um crime societário, por exemplo, só mesmo o boquete da esquina cometera o erro de fazer rasuras no livro de contabilidade, conforme destaca Sepúlveda Pertence, acrescentando que existem equipes técnicas especializadas na prática desses crimes. A verdade, diz o procurador-geral, é que os especialistas não praticam um crime desse tipo se não estão seguros de sua dissimulação.

Em terceiro lugar, o procurador-geral da República reconhece que existe um ambiente psicológico que tende a manter a discriminação social e marca historicamente a repressão penal. "Quando se trata de falar



Pertence confessa frustração

sem responsabilidade todo mundo grita pela punição mas na hora de assumir a responsabilidade pela condenação de alguém que não é o "trombadão" da rua, quando se trata, por exemplo, de um banqueiro bem-posicionado, muda o consciente dos acusadores."

Mas o trato com os casos de corrupção não é, necessariamente, o cotidiano da procuradoria-geral da República, diz Sepúlveda Pertence. Ele explicou que em sua instância só devem chegar processos que envolvam ministros de Estado, o presidente da República, deputados, senadores, membros de tribunais de Justiça e tribunais superiores. Isso para qualquer situação que envolva o interesse da União. E Sepúlveda garantiu que não tem nenhum processo de corrupção em exame incriminando ministros da Nova República.

DA VELHA REPUBLICA

Da Velha República ainda repousa em sua mesa o caso Coroa-Brastel, o escândalo financeiro que explodiu no governo Figueiredo, onde são citados os ministros Delfim Netto e Ernane Galvães, bem como o ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni. O escândalo envolve a compra de uma corretora falida em troca de benefícios do Banco Central para o grupo do empresário Assis Paim. Esse processo está até hoje na procuradoria-geral da República "porque prova que é bom, para que seja encaminhado na certeza da vitória, não tem".

"No dia em que atos de corrupção, de suborno, forem praticados através de escritura pública ou tiverem permissão para serem abatidos no Imposto de Renda, talvez aí se torne mais fácil botar os corruptos na cadeia", ironiza Sepúlveda Pertence. Além do Coroa-Brastel, o procurador-geral ainda guarda dois processos do ex-ministro da Justiça no

governo Figueiredo, Ibrahim Abi-Ackel. Um mais simples, onde é acusado de favorecimento de uma empresa de ônibus; o segundo, mais complicado, no qual pesa sobre o ministro e sua família a acusação de terem usado a máquina pública em seu benefício e até mesmo de envolvimento na liberação de vistos de permanência de estrangeiros irregulares no País em troca de dinheiro.

O primeiro processo contra Abi-Ackel, que Sepúlveda Pertence encaminhou ao Supremo Tribunal Federal, foi rejeitado por falta de fundamento. De 1986 até agora, o procurador-geral ainda segura os outros dois. Na procuradoria também se encontra um inquérito contra o ex-presidente do Serpro, José Dion, acusado de aplicar recursos da entidade federal em bancos onde empresários ligados a ele e até mesmo uma empresa de sua propriedade gozavam de benefícios, como empréstimos a juros baixos.

Da Nova República chegou até a procuradoria-geral o relatório da Comissão de Defesas do Direito do Cidadão — Codici — com denúncias de irregularidades na importação de alimentos durante a vigência do Plano Cruzado, onde até o ministro Dilson Funaro era citado. Mas Sepúlveda Pertence não viu nenhuma razão para acusar o ministro, que mereceu da comissão apenas críticas administrativas. De qualquer forma, concordou que houve corrupção na área de execução, e o processo se desenvolve no Rio de Janeiro.

O fato, conforme destacou, é que nem todos os casos chegam à procuradoria-geral da República em Brasília. Muitos são tratados pelas representações da procuradoria nos Estados. A verdade, de acordo com Sepúlveda Pertence, é que o maior volume de trabalho da procuradoria-geral não é na área criminal. Existem processos da área civil e da área tributária. Ou seja, a procuradoria trata de todas as demandas propostas pela União, ou que são feitas contra ela.

O caso Aníbal Teixeira, para Sepúlveda Pertence, ainda não tem qualquer conotação de crime. Ele apenas decidiu colocar um procurador para acompanhar o assunto, quando soube ontem, de que o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, havia resolvido transformar em inquérito policial o levantamento que estava fazendo das denúncias de irregularidades na Sepplan.

Depois de sua explicação sobre a dificuldade de punir atos de corrupção, Sepúlveda Pertence afirmou que "lugar de corrupto é na cadeia". E, embora concordando com que as suas declarações poderiam funcionar como um desalento para a opinião pública, concluiu: "Em meu nome e dos meus companheiros posso assegurar que não haverá transigência. Agora, não posso negar a multiplicação de fatores nesse fenômeno histórico da impunidade. Isso seria charlatanice".

Sarney quer votação urgente do mandato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da República, José Sarney, reuniu ontem à noite, no Palácio da Alvorada, alguns de seus ministros para definir uma estratégia conjunta visando a antecipar a votação, pela Constituinte, da duração do mandato presidencial. De acordo com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, "é muito importante para o País a definição do mandato e do sistema de governo para que a Constituinte possa passar à discussão das questões substantivas, como direitos do trabalhador ou ordem econômica e social, que devem comandar o debate".

Participaram do encontro os ministros Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; Jader Barbalho, da Reforma Agrária; João Alves, do Interior; Borges da Silveira, da Saúde; Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e Iris Rezende, da Agricultura.

O chefe do Gabinete Civil revelou

que foram levantados na reunião argumentos a favor e contra a antecipação da votação do mandato presidencial.

De acordo com Costa Couto, a tese da antecipação tem a simpatia do governo. Além de desviar os debates na Constituinte para o que chama de temas substantivos, a tese aproximaria "a opção feita pelos parlamentares", com a manifestação de 300 constituintes a favor dos cinco anos, à "tese propriamente dita". Na opinião de Costa Couto, "na medida em que há uma adesão grande, a proximidade poderia facilitar, pois, como se diz em Minas, política é como nuvem: cada vez que se olha, a forma está diferente". Costa Couto ressalta, porém, que a "migração é de mão dupla. Pode aumentar também o número de parlamentares para o nosso lado se a coisa se estender".

Amanhã, continuam as reuniões do presidente com os ministros, sempre à noite, no Palácio da Alvorada. A intenção do presidente é que essas reuniões de trabalho se tornem daqui por diante uma rotina.

Protesto. E Caiado não desce

VITÓRIA
AGÊNCIA ESTADO

Manifestantes da CUT, CGT, PC do B, PT e outros partidos de oposição impediram ontem em Vitória o desembarque do líder ruralista Ronaldo Caiado. Os manifestantes cercaram o aeroporto de Golubeiras com cartazes e faixas e levaram para o local caixotes de ovos e tomates que seriam lançados sobre o visitante. Caiado recorreu ao aeroporto de Vila Velha, a 40 minutos do centro, temendo a manifestação. Depois de desembarcar, comentou, irônico: "Preferi Vila Velha porque queria conhecer a terra que elegeu o Mosquito, um retrato vivo do Brasil de hoje".

O líder ruralista, que passou boa parte do dia driblando manifestantes que o perseguiram, veio à Vitória participar do leilão de 1.200 cabeças de gado e cavalos promovido pela União Democrática Ruralista (UDR) do Espírito Santo. Caiado criticou os manifestantes dos partidos de esquerda, dizendo que "são uma minoria inexpressiva" e voltou a defender sua tese de eleições diretas numa entrevista à TV Vitória.

Para chegar à emissora de televisão, o líder ruralista não teve dificuldade, pois foi para o centro de Vitória diretamente de Vila Velha. Mais tarde, porém, foi mais uma vez cercado à entrada do Alice Vitória Hotel, onde proferiu palestras para pecuaristas capixabas. O leilão da UDR, no parque Agropecuario de Carapina, será realizado hoje a partir das 13 horas.

Prisco nega existência de favorecimento

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, garantiu ontem que, no momento da distribuição de verbas, o governo federal não tem discriminado governadores ou prefeitos favoráveis a quatro anos de mandato para o presidente Sarney. Não é, entretanto, o que pensam os prefeitos do Rio de Janeiro, que através do secretário de Estado, José Colagrossi Filho, levaram ontem ao ministro a preocupação de que o atraso na definição de suas propostas de financiamentos esteja relacionado com o fato de o governador Moreira Franco defender os quatro anos. O governador Fernando Collor, de Alagoas, também pensa assim.

"Como homem de alto nível, não acredito que o ministro seja capaz de ações menores", disse Colagrossi, sem ocultar, no entanto, o medo dos prefeitos que desejam ver suas localidades melhoradas com a possibilidade de uma retaliação do governo federal. O secretário disse, ainda, que, ao contrário dos processos dos prefeitos do Rio, os dirigidos a beneficiamentos em Minas têm sido dinamizados pelo ministério.

E Minas se fez representar ontem, quando o próprio governador do estado, Newton Cardoso conversou de manhã com Prisco Viana, dono de cacife político por as articulações e de um ministério gordo em recursos, provenientes da Caixa Econômica Federal, EBTU e Secretaria Especial de Meio Ambiente, além do Tesouro Nacional. Juntas, as instituições garantirão um orçamento inicial para este ano de mais de R\$ 3 trilhões a serem utilizados em financiamento e convênios para habitação, saneamento e transportes urbanos. Assim como o governador de Minas, muitos outros candidatos ao recebimento de verbas batem à porta do ministro diariamente.



Álvaro admite ajuda em troca da lealdade

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governador do Paraná, Álvaro Dias, defendeu com intransigência, ontem, o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, apesar de reconhecer que a maioria da população brasileira, atualmente, é favorável à realização de eleições este ano. Álvaro admitiu que seu Estado vem recebendo um tratamento diferenciado do governo federal graças ao apoio que tem dado à tese dos cinco anos. "A lealdade em política é fundamental", afirmou Álvaro, garantindo, contudo, que nenhum Estado vem sendo discriminado pelo presidente.

Álvaro admitiu que a aprovação dos cinco anos ainda não é um fato consumado, e considerou o encontro que teve com Ulysses Guimarães, ontem, muito proveitoso, "uma vez que a intenção é apressar a promulgação da Constituição". Ele concordou com Ulysses em que a antecipação da votação do mandato dificilmente poderá ser antecipada, devido a impedimentos regimentais, mas afirmou que continua defendendo a idéia. Álvaro quer não só a antecipação da votação desse tema como de outro: o sistema de governo. O presi-

dente Sarney — com quem Álvaro se encontrou ontem no Planalto — "está ansioso" pela decisão da questão do mandato, informou, e sugeriu um acordo de lideranças para aprovar a votação antecipada dos dois polêmicos temas.

O governador paranaense disse que garantiu ao presidente Sarney que os 20 parlamentares do seu Estado que assinaram a emenda do deputado Matheus Ienses (PMDB-PR), propõem os cinco anos para Sarney, votarão favoravelmente. Mas "deverá ser uma vitória apertada", disse, por uma margem pequena de votos.

CONCESSÕES

Pouco depois da visita de Ulysses Guimarães ao Paraná, o deputado Maurício Fruct (PMDB-PR) anunciou que, dentro de uma semana, publicará a relação de todos os peemedebistas que "receberam, esperam receber ou pediram concessões de canais de rádio e TV em troca do apoio aos cinco anos". Fruct garantiu que sua pesquisa abrange todas as concessões, promessas e pedidos feitos desde o início do governo Sarney até agora. A relação é bem extensa, diz Fruct, "e alguns seriam capazes de votar até por cem anos de mandato, para ter tempo de construir um império como a Globo".

Falta quórum para a CPI da corrupção

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Ao defender ontem a CPI de iniciativa do líder do PFL, Carlos Chiarelli, destinada a investigar a corrupção no governo Sarney, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, disse que "o fato de sermos o partido da maioria e de sustentarmos o governo, ao contrário de nos faltar, dá-nos maior responsabilidade na apuração dos fatos". Ontem, pelo segundo dia consecutivo, deixou de haver o quórum mínimo de 38 votos necessários à aprovação da CPI. No entanto, segundo Chiarelli, não se perdeu tempo.

O senador Chagas Rodrigues (PMDB) relatou o projeto, em plenário, concluindo pela procedência da iniciativa, e Fernando Henrique Cardoso prometeu empenhar-se pela mobilização de seus correligionários para que a votação se processe rapidamente.

Chiarelli previu que a aprovação se dará no mínimo na segunda-feira e no máximo na quarta-feira, em função do maciço comparecimento de parlamentares para o início da votação do projeto da Constituição. Segundo ele, após a instalação da CPI, o primeiro depoente a ser ouvido será o ministro demissionário Aníbal Teixeira.

NA CÂMARA

O deputado Adilson Motta (PDS-RS) afirmou ontem que a Mesa da Câmara deixou de encaminhar ao Palácio do Planalto um requerimento de sua autoria sobre a denúncia de envolvimento de Sérgio Teixeira, primo de Aníbal Teixeira, na cobrança de comissão para liberação de verbas na Sepplan. E acrescentou que apresentará o requerimento no dia 19 de setembro, baseado na denúncia publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

O 2º vice-presidente da Câmara, Homero Santos, entendeu que uma denúncia de jornal não era suficiente. Ora, tanto era que a evolução dos fatos levou à deposição do ministro do Planejamento", assinalou.

No governo, o mesmo PDS do regime militar

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Principal alvo do movimento que determinou o fim do regime militar, o PDS, partido símbolo da Velha República, precisou de menos de três anos para reassumir o poder perdido no colégio eleitoral em 1985. Hoje, o PDS ocupa os cargos-chave do governo, a começar por José Sarney, seu antigo presidente máximo, que não esqueceu os fiéis e dedicados correligionários para compor os quadros de um governo, cujo perfil cada vez mais se distancia do PMDB.

O PDS é presença marcante na economia brasileira. Mafson da Nóbrega, ministro da Fazenda, teve sua carreira formada na escola de Angelo Calmon de Sá e Ernane Galvães, ex-ministros da Indústria e Comércio e da Fazenda, respectivamente, e foi escolhida pessoal do presidente Sarney. Com ele, para fazer a dobradinha com a Secretaria do Planejamento, Sarney foi buscar outro remanescente da Velha República: João Batista de Abreu, ex-assessor econômico de Mário Henrique Simonsen e secretário-geral-adjunto de Delfim Netto. Segundo o Palácio do Planal-

to, Abreu estava na agenda do presidente desde que ocupou discretamente a secretaria-geral do Ministério da Fazenda na época em que o titular era o peemedebista Dilson Funaro.

A ascensão pedessista prosseguiu na mesma proporção que o PMDB se afastava do governo. Isso, sentindo a necessidade de cercar-se de homens de confiança, Sarney não hesitou em traçar um novo perfil de governo, com assessoria especial de dois importantes nomes muito identificados com seu antigo partido: o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, que se abrigou na legenda do PFL; e o atual ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, que, por divergir do PFL baiano, preferiu o PMDB.

A lista fornecida a Sarney é extensa e foi bem aproveitada. Surgem, como exemplos, o recém-nomeado secretário da Receita Federal, Ronaldo Mustafá (assessor de Mafson da Nóbrega); o secretário-geral da Fazenda, Mário Berard (ex-assessor de Galvães); e o assessor econômico da Fazenda, Paulo Ximenes (ex-assessor de Galvães).

'Agora, a culpa é do maestro'

O deputado Delfim Netto (PDS-SP) contou ontem a seguinte história, ao fazer uma avaliação das indicações de Mafson da Nóbrega e João Batista de Abreu para os ministérios da Fazenda e Planejamento, respectivamente: "A Nova República já teve a era do feiticeiro e a era do amador. Agora, parece que começa a era dos profissionais. Quem sabe é o advenço da novíssima República, porque a Nova já era".

Comparando o governo a uma orquestra, o deputado paulista comentou que, na área econômica, os

músicos agora são "competentes e que se tiverem o apoio necessário, podem pôr ritmo na orquestra, controlando o diapasão dos gastos públicos, o que é fundamental para conter a inflação. Se agora não der certo é porque o erro é do maestro".

O ex-governador Leonel Brizola afirmou, ontem em São Paulo, que "o governo perdeu a credibilidade. Se demorar muito o povo brasileiro vai estar na rua pedindo a renúncia de Sarney, porque a impopularidade se transformou em ódio".

Faccioni pede a intimação de Ulysses

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Victor Faccioni (PDS-RS) pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal que intime o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, a esclarecer em 24 horas as razões pelas quais o ministro demissionário Aníbal Teixeira não atendeu até hoje a dois requerimentos de convocação aprovados pelo plenário da Casa. Um dos requerimentos foi aprovado no dia 24 de junho e o outro no dia 22 de outubro do ano passado. Em seu pedido ao STF, Faccioni perguntou se há "conivência do presidente da Câmara com as denúncias de corrupção".

Outra convocação a Aníbal Teixeira foi aprovada ontem pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara. A convocação, proposta pelas deputadas paulistas Irna Passoni (PT) e Dirce Tutu Quadros (PTB), pede esclarecimentos sobre as denúncias de intermediação de verbas públicas na Sepplan, entre outras coisas. Aníbal foi procurado logo depois de aprovada a convocação pelo deputado Fernando Gasparian, presidente da comissão, para que fossem acertados os detalhes sobre seu comparecimento.

PROVA

O deputado Nilso Sguarezi

(PMDB-PR) exibiu aos constituintes a cópia de um contrato que uma empresa de Brasília, a BRC-Assessoria Empresarial Ltda., firmou com uma prefeitura para liberação de verbas do Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano, mediante o pagamento de uma comissão de 16%. Da cópia, não consta o nome do município em questão, excluído pelo deputado "para evitar represálias". Em discurso pronunciado na Constituinte, Sguarezi afirmou que as denúncias relativas à Sepplan são "apenas a ponta de um iceberg da corrupção que se generalizou em todos os ministérios".